



Prestação de Contas Consolidadas do Ano de 2015

Prestação de Contas Consolidada

I - Introdução

Ao longo dos últimos anos assistiu-se à prossecução de atribuições e competências cada vez mais amplas por parte da administração autárquica, impulsionando os municípios através de instrumentos que a lei colocou à disposição, a utilizar estruturas organizacionais distintas das que outrora operavam. O recurso à criação de serviços municipalizados, empresas municipais ou a constituição de PPP's, surgiram para dar resposta à exigência da qualidade da gestão pública local e a uma cada vez maior exigência por parte dos municíipes.

Neste contexto, o surgimento destes modelos organizacionais, de caráter associativo ou empresarial, em que os Municípios participam ou mesmo controlam, conduziram a uma crescente integração e níveis de dependência entre as diversas entidades, tendo-se tornado evidente para uma adequada análise da situação económica e financeira das entidades que compõem a administração local, a necessidade de elaborar uma informação financeira integrada entre as diversas entidades, numa visão global de grupo autárquico, elementar para a tomada de decisões e definições de estratégias.

A consolidação de contas nos municípios surge, assim, como um passo necessário para melhorar a informação contabilística prestada pela administração local.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal.

Neste enquadramento, o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (Lei n.º73/2013, de 3 de Setembro), prevê a obrigatoriedade de os Municípios, relativamente aos quais se verifique estarem reunidas as condições expressas na lei, elaborarem contas consolidadas, reportadas ao conjunto do grupo municipal, permitindo uma avaliação integrada das atividades desenvolvidas e dos objetivos estabelecidos, com relevo no controlo do défice orçamental.

No Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, designadamente no artigo 75.º estabelece quais as entidades, que verificando-se determinados pressupostos, estarão obrigadas à apresentação de contas consolidadas.

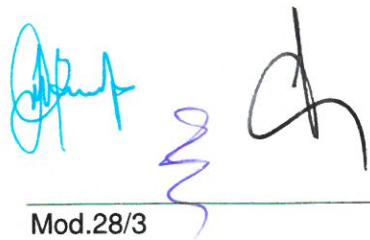
Nos documentos de prestação de contas consolidados devem constar o Balanço e Demonstração de Resultados consolidado, Mapa de fluxos de caixa consolidado e Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Prestação de Contas Consolidada

As demonstrações financeiras consolidadas devem ser elaboradas e aprovadas, de acordo com o estabelecido no n.º2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, pela Câmara Municipal e submetidas a apreciação da Assembleia Municipal durante a sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam.

Dando assim cumprimento ao estabelecido na lei, e com o intuito de permitir a análise integrada da situação económica e financeira do conjunto de entidades que integram o perímetro de consolidação do Município de Manteigas, são apresentadas as contas consolidadas relativas ao exercício económico de 2014, adotando os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos definidos na Portaria n.º474/2010, de 15 de junho, através da qual foi aprovada a orientação n.º 1/2010.

Atendendo que o exercício de 2014 foi considerado o ano de arranque da consolidação de contas, tendo sido apresentadas pela primeira vez as contas consolidadas, em 2015, sendo o segundo ano, as contas consolidadas apresentam assim informação comparativa.



Mod.28/3



Relatório de Gestão Consolidado Pág. 2 de 8

Prestação de Contas Consolidada

II – Organograma do Grupo Municipal



Mod.28/3

Relatório de Gestão Consolidado Pág. 3 de 8

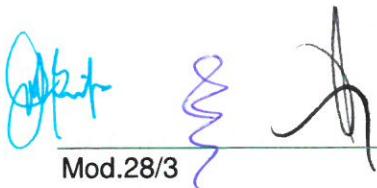
Prestação de Contas Consolidada

III – Perímetro de Consolidação

Uma vez que a consolidação de contas resulta da necessidade de apresentação de informação económica e financeira útil e relevante da totalidade do Grupo Autárquico, de forma a assegurar opções de gestão cada vez mais eficazes e o fornecimento de dados imprescindíveis à organização municipal, torna-se necessário identificar qual o conjunto de entidades que se encontram incluídas no âmbito do perímetro de consolidação.

As regras delimitadoras do perímetro de consolidação são as que se encontram estabelecidas nos termos dos n.ºs 4 a 6 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro. A Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro define um perímetro de consolidação mais amplo, do que a anterior Lei das Finanças Locais, bastando que se verifique a existência ou presunção de controlo das entidades enquadradas no Grupo Municipal, nos termos do artigo atrás referenciado.

O perímetro de consolidação legalmente obrigatório para o Município de Manteigas é constituído pelas entidades que integram o setor empresarial local - independentemente da percentagem de participação ou detenção do município (n.º6 do artigo 75.º da LFL) – sendo que todas as outras se encontram excluídas por não se verificar as condições de controlo ou presunção de controlo.



Mod.28/3



Relatório de Gestão Consolidado Pág. 4 de 8

Prestação de Contas Consolidada

Assim, nos termos das regras definidas no dispositivo normativo, as entidades que integram o perímetro de consolidação, são as seguintes:



Mod.28/3

Relatório de Gestão Consolidado Pág. 5 de 8

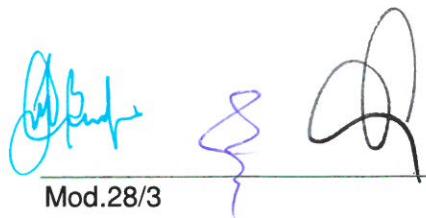
Prestação de Contas Consolidada

IV – Processo de Consolidação de Contas

1.1 – Princípios Orientadores

De acordo com o disposto na Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, as entidades que reúnem as condições definidas para apresentação de contas consolidadas, têm de, para além de fazer aprovar as suas contas individuais, apresentar e fazer aprovar as contas consolidadas do conjunto de entidades que constituem o grupo municipal.

As contas consolidadas, são assim elaboradas tendo por base os princípios da relevância, da materialidade, da fiabilidade, da neutralidade, plenitude e comparabilidade.



Mod.28/3



Relatório de Gestão Consolidado Pág. 6 de 8

Prestação de Contas Consolidada

1.2 – Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação

WRC Web para a Região Centro - Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.

A WRC – Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, S.A. surgiu em 15 de Abril de 2002, com o principal objetivo de intervir e desenvolver ações ligadas à sociedade da informação e à nova economia na Região Centro

A WRC resultou de uma iniciativa da CCDR-C (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro), à qual aderiram como sócios um conjunto de Câmaras Municipais da Região Centro (42), a Universidade de Aveiro, o Instituto Politécnico de Coimbra, a Associação de Informática da Região Centro (AIRC) e ainda um conjunto de empresas de base tecnológica.

A estratégia da WRC assenta em três princípios básicos:

1. Desenvolver e comercializar produtos e serviços que contribuam para a modernização administrativa das autarquias e que facilitem a relação entre municípios e as Câmaras Municipais;
2. Contribuir para incrementar o nível de empreendedorismo e a criação de riqueza na Região;
3. Estimular e participar nas respostas sociais de qualidade para a população sénior

Resta referir que o Município de Manteigas detém 0,18%, ou seja 2.500,00€ do respetivo capital social desta entidade.



Mod.28/3



Relatório de Gestão Consolidado Pág. 7 de 8

Prestação de Contas Consolidada

Parkurbis - Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã, S.A.E.M.

A empresa Parkurbis - Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã, S.A.E.M., NIF n.º 505.456.176, é uma Sociedade Anónima constituída em 17/09/2001, com sede no Parque Industrial do Tortosendo, exercendo a atividade de instalação, desenvolvimento, promoção e gestão de um parque de ciência e tecnologia, bem como a prestação dos serviços de apoio necessários à sua atividade.

Encontra-se registada na Conservatória do Registo Comercial de Covilhã, sob a Matricula n.º 505.456.176 e com o Capital Social de 2.500.000,00 euros, que se encontra representado por 500.000 ações de valor nominal de 5 euros cada.

Sendo participada pelo Município da Covilhã em 78,6% está abrangida pelo disposto na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que estabelece o regime jurídico do Sector Empresarial Local e das participações locais.

De referir ainda que o Município de Manteigas detém 0,2%, ou seja 5.000,00€€ do respetivo capital social desta entidade.



BALANÇO CONSOLIDADO

Código das Contas POCAL	ACTIVO	2015			2014
		AB	AP	AL	AL
	Imobilizado				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	232.163,83	0,00	232.163,83	232.163,83
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
453	Outras construções e infra-estruturas	32.259.725,21	14.247.929,92	18.011.795,29	18.321.786,98
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
459	Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
445	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	689.516,22
446	Adiantamento por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
		32.491.889,04	14.247.929,92	18.243.959,12	19.243.467,03
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação	165.880,72	165.864,20	16,52	55.304,60
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	724.600,66	451.025,55	273.575,11	178.478,63
433	Propriedade industrial e outros direitos	1.377,60	0,00	1.377,60	1.377,60
	Diferenças de Consolidação	0,00	0,00	0,00	118.324,99
443	Imobilizações em curso	30.750,00	0,00	30.750,00	0,00
449	Adiantamento por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		922.608,98	616.889,75	305.719,23	353.485,82
	Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	5.699.671,82	0,00	5.699.671,82	6.364.129,12
422	Edifícios e outras construções	20.267.964,16	5.668.811,10	14.599.153,06	15.054.488,51
423	Equipamento básico	429.375,70	123.002,31	306.373,39	71.978,29
424	Equipamento de transporte	792.131,44	603.948,05	188.183,39	152.409,77
425	Ferramentas e utensílios	77.344,64	66.453,54	10.891,10	11.648,02
426	Equipamento administrativo	1.584.686,23	1.205.359,10	379.327,13	439.513,32
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	487.084,58	402.180,01	84.904,57	51.715,29
442	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	44.760,68
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		29.338.258,57	8.069.754,11	21.268.504,46	22.190.643,00
	Investimentos Financeiros				
411	Partes de capital	226.777,33	0,00	226.777,33	226.629,40
412	Obrigações e títulos de participação	290.358,87	0,00	290.358,87	290.358,87
414	Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
415	Outras aplicações financeiras	109,74	0,00	109,74	109,74
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
		517.245,94	0,00	517.245,94	517.098,01
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	54.856,59	0,00	54.856,59	52.320,64
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
		54.856,59	0,00	54.856,59	52.320,64
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
268	outros credores	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
211	Clientes, c/c	97.394,77	0,00	97.394,77	125.742,74
212	Contribuintes, c/c	0,00	0,00	0,00	0,00
213	Utentes, c/c	131.374,36	0,00	131.374,36	215.765,59
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	974.623,57	974.570,54	53,03	535,92
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00

Código das Contas POCAL	ACTIVO	2015			2014
		AB	AP	AL	AL
229 2619 24 264 262 + 263 + 267 + 268	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
	Adiantamentos a fornecedores	1.987,88	0,00	1.987,88	0,00
	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
	Estado e outros entes públicos	1.273,38	0,00	1.273,38	0,00
	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros devedores	471.498,41	0,00	471.498,41	0,00
		1.678.152,37	974.570,54	703.581,83	342.044,25
	Títulos negociáveis				
	Acções	0,00	0,00	0,00	0,00
	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
151 152 153 159 18	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
	Depósitos em instituições financeiras	567.310,29		567.310,29	1.058.210,63
	Caixa	133,41		133,41	129,46
		567.443,70		567.443,70	1.058.340,09
	Acréscimos e deferimentos				
	Acréscimos de proveitos	334.572,46		334.572,46	330.940,37
271 272	Custos diferidos	1.697,85		1.697,85	2.028,77
	Activo por Impostos Diferidos	0,00		0,00	0,00
		336.270,31		336.270,31	332.969,14
			22.934.573,78		
			974.570,54		
		65.906.725,50	23.909.144,32	41.997.581,18	44.090.367,98

Handwritten signatures in blue and black ink, likely representing approval or audit marks.

Código das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	2015	2014
	Fundos próprios		
51	Património	30.424.429,50	30.858.429,50
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	-3.372,86	-3.230,71
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas		
571	Reservas legais	88.094,91	88.094,91
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios	164.189,26	86.265,59
576	Doações		
577	Reservas decorrentes de transferências de activos		
59	Resultado transitados	-4.225.153,11	-3.662.578,75
88	Resultado líquido do exercício	-445.050,75	-563.085,10
	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS	26.003.136,95	26.803.895,44
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos	207.202,70	207.202,70
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
221	Fornecedores c/c	0,00	0,00
2312	Dívidas a instituições de crédito	4.280.539,11	2.255.151,58
2611	Fornecedores imobilizado c/c	0,00	0,00
268	Outros Credores	535.759,79	629.858,36
	Dívidas a terceiros - Curto prazo	4.816.298,90	2.885.009,94
2311	Empréstimos de curto prazo		
2312	Dívidas a instituições de crédito	475.808,40	306.960,67
269	Adiantamento por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c	14.045,99	3.231.066,26
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	74.554,03	
252	Credores pela execução do orçamento		
217	Clientes e utentes c/ cauções		
219	Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	976,10	140.183,98
2615	Fornecedores com Contrato de Factoring		
2618	Facturas em recepção e conferência		
24	Estado e outros entes públicos	10.357,12	16.792,70
264	Administração autárquica		55.678,57
262 + 263 + 267 + 265 + 268	Outros credores	448.513,66	143.447,40
	Acréscimos e deferimentos	1.024.255,30	3.894.129,58
273	Acréscimo de custos	203.278,22	284.826,48
274	Proveitos diferidos	9.743.409,11	10.015.303,84
		9.946.687,33	10.300.130,32
	TOTAL DO PASSIVO	15.994.444,23	17.286.472,54
	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO	41.997.581,18	44.090.367,98

The image shows several handwritten signatures and initials in blue and black ink, likely belonging to the individuals who signed the document. The signatures are somewhat stylized and overlapping.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

Código das Contas POCAL	CUSTOS E PERDAS	2015		2014	
61	CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS: Mercadorias Matérias	208.328,95 115.815,86	324.144,81	215.897,64 122.535,21	338.432,85
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	1.342.640,54		1.452.899,31	
641 + 642 643 a 648	CUSTOS COM O PESSOAL: Remunerações Encargos Sociais	1.036.396,99 265.195,86	2.644.233,39	1.034.170,10 250.943,42	2.738.012,83
63	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES CONCEDIDOS E PRESTAÇÕES SOCIAIS	629.576,75		714.726,31	
66	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	2.016.932,18		1.984.203,49	
67	PROVISÕES DO EXERCÍCIO	95.528,28		67.824,22	
65	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS <i>(A)</i>		2.742.037,21		2.766.754,02
68	CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS <i>(C)</i>	171.183,55	171.183,55 5.881.598,96	218.200,40	218.200,40 6.061.400,10
69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS <i>(E)</i>	408.513,48	408.513,48 6.290.112,44	299.656,91	299.656,91 6.361.057,01
	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO				
88	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		-445.050,75		-563.085,10
			5.845.061,69		5.797.971,91
	PROVEITAS E GANHOS				
7111 7112 + 7113	VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS: Vendas de Mercadorias Vendas de Produtos Prestações de Serviços Reembolsos e Restituições Anulações	243.662,72 192.316,36	435.979,08	6.381,25 228.560,22 167.352,03	402.293,50
72	IMPOSTOS E TAXAS	407.425,96		410.659,72	
(a)	VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO				
75	TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE				
73	PROVEITOS SUPLEMENTARES				
74	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS	3.866.792,13		3.682.295,26	
76	OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS <i>(B)</i>	43.101,35	4.317.319,44 4.753.298,52	76.947,12	4.169.902,10 4.572.195,60
78	PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS <i>(D)</i>	405.741,55	405.741,55 5.159.040,07	385.713,55	385.713,55 4.957.909,15
79	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS <i>(F)</i>	686.021,62	686.021,62 5.845.061,69	840.062,76	840.062,76 5.797.971,91
					5.797.971,91

RESUMO:

Resultados Operacionais (B)-(A):	-957.116,89	-1.271.004,10
Resultados Financeiros (D-B)-(C-A):	234.558,00	167.513,15
Resultados Correntes (D)-(C):	-722.558,89	-1.103.490,95
Resultado Líquido do Exercício(F)-(E):	-445.050,75	-563.085,10

MUNICÍPIO DE MANTEIGAS

Demonstração de Resultados Financeiros Consolidados

Código das Contas	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		Código das Contas	PROVEITOS E GANHOS	Ano: 2015 EXERCÍCIOS	
		2015	2014			2015	2014
681	Juros suportados	161.450,76	208.311,14	781	Juros obtidos	53,65	219,25
682	Perdas em entidades participadas	239,34	510,74	782	Ganhos em entidades participadas	124.898,24	88.353,34
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	280.789,66	297.140,96
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	0,00	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	9.493,45	9.378,52	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	234.558,00	167.513,15	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
		405.741,55	385.713,55			405.741,55	385.713,55

MUNICÍPIO DE MANTEIGAS

Demonstração de Resultados Extraordinários Consolidados

Código das Contas	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		Código das Contas	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS		Ano: 2015
		2015	2014			2015	2014	
691	Transferências de capital concedidas	194.975,46	233.540,59	791	Restituições de impostos	0,00	0,00	0,00
692	Dividas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00	0,00
693	Perdas em existências	0,00	0,00	793	Ganhos em existências	1.370,19	4.052,35	
694	Perdas em imobilizações	107.747,04	0,00	794	Ganhos em imobilizações	0,00	100.000,00	
695	Mulhas e Penalidades	0,00	0,00	795	Benefícios de penalidades contratuais	4.885,78	30.879,64	
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	1.454,86	4.426,53	
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	105.790,97	66.116,32	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	7.602,89	56.632,11	
698	Outros custos e perdas extraordinárias	0,01	0,00	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	670.697,90	644.012,13	
	Resultados extraordinários	277.508,14	540.405,85					
		686.021,62	840.062,76			686.021,62	840.062,76	Ano: 2015

Município de Manteigas

Ano: 2015

Ativo Bruto (Imobilizado Bruto) Consolidado

Unidade: Euros

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação /ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistros+Abates+Transf.	Saldo Final
451 Terrenos e Recursos Naturais	232.163,83	0,00	0,00	0,00	0,00	232.163,83
452 Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
453 Outras Construções e Infra-estruturas	31.288.980,66	0,00	146.662,73	0,00	824.081,82	32.259.725,21
455 Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
459 Outros Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
445 Imobilizações em curso	689.516,22	0,00	7.709,28	0,00	-697.225,50	0,00
446 Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	32.210.660,71	0,00	154.372,01	0,00	126.856,32	32.491.889,04
431 Despesas de Instalação	165.880,72	0,00	0,00	0,00	0,00	165.880,72
432 Despesas de investigação e desenvolvimento	563.852,97	0,00	0,00	0,00	0,00	724.600,66
433 Propriedade Industrial e outros direitos	1.377,60	0,00	0,00	0,00	0,00	1.377,60
443 Imobilizações em curso	118.324,99	0,00	30.750,00	0,00	-118.324,99	30.750,00
449 Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	849.436,28	0,00	30.750,00	0,00	42.422,70	922.608,98
421 Terrenos e Recursos Naturais	6.364.129,12	0,00	59.503,70	0,00	-604.953,50	5.699.671,82
422 Edifícios e outras construções	20.360.864,60	0,00	5.995,89	516.951,73	418.055,40	20.267.964,16
423 Equipamento básico	180.090,47	0,00	52.953,03	0,00	196.332,20	429.375,70
424 Equipamento de transporte	725.486,12	0,00	66.645,32	0,00	0,00	782.131,44
425 Ferramentas e utensílios	74.270,27	0,00	3.074,37	0,00	0,00	77.344,64
426 Equipamento administrativo	1.565.083,13	0,00	23.796,26	0,00	-4.193,16	1.584.886,23
427 Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
429 Outras imobilizações corpóreas	441.697,41	0,00	45.387,17	0,00	0,00	487.084,58
442 Imobilizações em curso	44.760,68	0,00	681.979,34	0,00	-726.740,02	0,00
448 Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	29.756.381,80	0,00	879.831,38	576.455,43	-721.499,18	29.338.258,57
411 Partes de capital	226.629,40	147,93	0,00	0,00	0,00	226.777,33
412 Obrigações e títulos de participação	290.358,87	0,00	0,00	0,00	0,00	290.358,87
4141 Invest. em imóveis - Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4142 Invest. em imóveis - Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4151 Outras aplíc. financeiras - Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4152 Outras aplíc. financeiras - Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4153 Outras aplíc. financeiras - Outros títulos	109,74	0,00	0,00	0,00	0,00	109,74
441 Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
447 Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	517.098,01	147,93	0,00	0,00	0,00	517.245,94

Município de Manteigas

Ano: 2015

Amortizações e Provisões Consolidadas

Unidade: Euros

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público	485			
Terrenos e recursos naturais	4851	0,00	0,00	0,00
Edifícios	4852	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infraestruturas	4853	12.967.193,68	1.274.953,58	-5.782,66 14.247.929,92
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	4859	0,00	0,00	0,00
	12.967.193,68	1.274.953,58	-5.782,66	14.247.929,92
De Imobilizações incorpóreas	483			
Despesas de instalação	4831	110.576,12	55.288,08	0,00 165.864,20
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	385.374,34	65.651,21	0,00 451.025,55
Propriedade industrial e outros direitos	4833	0,00	0,00	0,00
	495.950,46	120.939,29	0,00	616.889,75
De Imobilizações Corpóreas	482			
Terrenos e recursos naturais	4821	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções:	4822			
Edifícios	48221	3.206.834,63	295.386,71	108.600,81 3.393.620,53
Outras construções	48222	2.099.541,46	179.892,35	4.243,24 2.275.190,57
Equipamento básico	4823	108.112,18	14.890,13	0,00 123.002,31
Equipamento de transporte	4824	573.076,35	30.871,70	0,00 603.948,05
Ferramentas e utensílios	4825	62.622,25	3.831,29	0,00 66.453,54
Equipamento administrativo	4826	1.125.569,81	83.969,24	4.179,95 1.205.359,10
Taras e vasilhame	4827	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	4829	389.982,12	12.197,89	0,00 402.180,01
	7.565.738,80	621.039,31	117.024,00	8.069.754,11
De Investimentos em imóveis	481			
Terrenos e recursos naturais	4811	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções:	4812			
Edifícios	48121	0,00	0,00	0,00
Outras construções	48122	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
De Investimentos Financeiros	49			
Partes de capital	491	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	492	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras:	495			
Depósitos em instituições financeiras	4951	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	4952	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	4953	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00

A handwritten signature in blue ink is visible on the left side of the page. To its right, there is a large, stylized handwritten signature in purple ink, which appears to be "António José da Cunha".

Município de Manteigas

Ano: 2015 Unidade: Euros

Desdobramento das Contas de Provisões Acumuladas Consolidadas

	Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para Aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para Cobranças Duvidosas	880.497,12	95.528,28	1.454,86	974.570,54
292	Provisões para Riscos e Encargos	207.202,70	0,00	0,00	207.202,70
39	Provisões para Depreciação de Existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00







FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

MUNICÍPIO DE MANTEIGAS

Ano: **2015**

<u>RECEBIMENTOS</u>		
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		1.058.340,09
Execução Orçamental	563.788,97	
Operações de Tesouraria	494.551,12	
RECEITAS ORÇAMENTAIS		8.054.718,05
Correntes	4.850.270,92	
Capital	3.196.364,70	
Outras	8.082,43	
OPERAÇÕES DE TESOURARIA		306.557,64
TOTAL		9.419.615,78

<u>PAGAMENTOS</u>		
DESPESAS ORÇAMENTAIS		8.447.249,32
Correntes	6.829.505,60	
Capital	1.617.743,72	
OPERAÇÕES DE TESOURARIA		404.922,76
SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE		567.443,70
Execução Orçamental	171.257,70	
Operações de Tesouraria	396.186,00	
TOTAL		9.419.615,78

Handwritten signatures in blue and black ink, likely belonging to municipal officials, are placed here.

RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS CONSOLIDADO

Gerência: 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015

Nome	Situação na entidade	Remuneração líquida	Período de responsabilidade	Morada
José Manuel Custódia Biscaia	Presidente	€50.291,52	01-01-2015 a 31-12-2015	E.N. 232 – 6260-311 Sameiro
José Manuel Saraiva Cardoso	Vereador a tempo inteiro	€44.774,24	01-01-2015 a 31-12-2015	Souto Grande – 6260-059 Manteigas
Paulo Jorge Ribeiro Estrela	Vereador a tempo inteiro	€36.931,86	01-01-2015 a 31-12-2015	Loteamento de Pandil, Lt2 – 6260-060 Manteigas
Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho	Vereador	-----	01-01-2015 a 31-12-2015	Rua Xanana Gusmão,n.º16 – 6300-779 Guarda
António José Ascensão Fraga	Vereador	-----	01-01-2015 a 31-12-2015	Ribeiro dos Bacelos – 6260-060 Manteigas

O dirigente responsável pela área administrativa e / ou financeira

Assinatura _____



Handwritten signatures of the responsible persons, including António José Ascensão Fraga, Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, José Manuel Saraiva Cardoso, and Paulo Jorge Ribeiro Estrela.

Consolidação de Contas - 2015

ANEXO AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

As demonstrações financeiras consolidadas do Município de Manteigas foram efetuadas segundo as normas previstas na Portaria nº 474/2010 de 01 de Julho a qual aprovou a “*orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo*”, e das Instruções do SATAPOCAL.

Todos os valores são apresentados em euros.

I - Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

Nota 1 – Entidades incluídas na consolidação

Firma	Sede Social	Atividade Principal	% do Capital detido
Município de Manteigas (MM)	Rua 1º de maio 6260-101 Manteigas	Administração Geral	100,00%
WRC-Agência Desenvolvimento Regional, EIM S.A.	Curia Tecnoparque 3780-544 Tamengos	Promoção de ações geradoras de emprego e que permitam fomentar a coesão e melhorar a qualidade de vida na região centro.	0,18%
Parkurbis – Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã, S.A.E.M.	Praça do Município 6200-151 Covilhã	Atividades de consultoria para os negócios e a gestão	0,20%



Consolidação de Contas - 2015

Nota 2 – Entidades excluídas da consolidação

Embora o artigo 75.º do RFALEI apenas se refira às condições em que é obrigatória a consolidação de contas, entendeu-se que o espírito da Lei seria de não incluir entidades em que não se verifique a presunção de controlo. Assim, foram excluídas da consolidação por não existir presunção de controlo as seguintes entidades:

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detenção	% do Capital detido
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A.	Rua Dr. Francisco Pissarra de Matos, n.º 21 - R/C Apart. 3012 - 6300-906 GUARDA	Exploração e Gestão dos Sistema multimunicipal de Abastecimento de água e de saneamento.	MM	0,06 %
RESIESTRELA - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A.	Estrada de Pero Viseu Quinta das Areias 6230-000 FUNDÃO	Exploração e gestão do sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da Cova da Beira.	MM	9,61 %
Hidroelétrica de Manteigas, Lda.	Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, Nº 75 Lote 5 e 6 1070-061 Lisboa	Produção de eletricidade de origem hidrálica	MM	10,00%
Comurbeiras - CIM	Parque Industrial do Tortosendo, Piso 0, Sala 1 6200-865 Covilhã	Atividades de organizações económicas e patronais	MM	-
ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses	Avenida Marnoco e Sousa, 52 3000 Coimbra	Defesa, promoção e dignificação do poder local	MM	0,28%
AFTEBI – Associação para a Formação Tecnológica e Profissional da Beira Interior	Quinta da Corredoura, Apartado 517 6200-907 Covilhã	Ensino pós secundário não superior	MM	1,41%
Associação Rede Judiarias de Portugal	Rua Praça da República, 16 Belmonte 6250-034 Belmonte	Outras atividades educativas, n.e.	MM	11,11%

Nota 3 – Entidades associadas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Firma	Sede Social	Atividade Principal
WRC Web para a Região Centro - Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.	Quinta dos Cabrais - Curia Tecnoparque 3780-544 Tamengos	Promoção de ações geradoras de emprego e que permitam fomentar a coesão e melhorar a qualidade de vida na região centro.
Parkurbis – Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã, S.A.E.M.	Praça do Município 6200-151 Covilhã	Atividades de consultoria para os negócios e a gestão

Consolidação de Contas - 2015

Nota 4 – Entidades associadas não contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Firma	Sede Social	Atividade Principal
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A.	Rua Dr. Francisco Pissarra de Matos, n.º 21 - R/C Apart. 3012 - 6300-906 GUARDA	Exploração e Gestão dos Sistema multimunicipal de Abastecimento de água e de saneamento.
RESIESTRELA - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A.	Estrada de Pero Viseu Quinta das Areias 6230-000 FUNDÃO	Exploração e gestão do sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da Cova da Beira.
Hidroelétrica de Manteigas, Lda.	Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, Nº 75 Lote 5 e 6 1070-061 Lisboa	Produção de eletricidade de origem hídrica
AFTEBI – Associação para a Formação Tecnológica e Profissional da Beira Interior	Quinta da Corredoura, Apartado 517 6200-907 Covilhã	Ensino pós secundário não superior
Fundação Escola Gest	Centro de Férias da Sicó, Senhora de Fátima 6260-190 Manteigas	Outras atividades educativas, n.e.

Nota 5 – Método de consolidação

O método de consolidação adotado na consolidação de contas do Município de Manteigas foi o método da equivalência patrimonial, o qual consiste na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

Nota 6 – Número médio de trabalhadores ao serviço

O número de trabalhadores ao serviço a 31 de Dezembro de 2015 era 63.

II – Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

Nota 7 – Insuficiência das normas de consolidação para uma imagem verdadeira e apropriada

Não aplicável

Mod.28/3

Pág. 3 de 15




Consolidação de Contas - 2015

Nota 8 – Afastamento das normas de consolidação para obter uma imagem verdadeira e apropriada

Não aplicável

III - Informações relativas aos procedimentos de consolidação

Nota 9 – Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra-contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas.

O método de consolidação utilizado nas entidades incluídas no perímetro de consolidação é o método da equivalência patrimonial. Este método consiste na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

Os mapas auxiliares de consolidação do Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados, constam em anexo.

Pela aplicação do método de equivalência patrimonial foram efetuados as correções às demonstrações financeiras do Município de Manteigas em conformidade com o mapa seguinte:

Descrição	Movimento Regularização
411 – Partes de Capital	(3.372,86€)
55 - Ajustamento de partes de capital em empresas	(3.593,52€)
682 - Perdas em entidades participadas	239,34€
782 - Ganhos em entidades participadas	18,68€
88 – Resultado Líquido do Exercício	(220,66€)

Consolidação de Contas - 2015

Nota 10 – Discriminação da rubrica “diferenças de consolidação”, com indicação dos métodos de cálculo adotados e explicitação das variações significativas relativamente ao exercício anterior.

Não existem.

Nota 11 – Justificação dos casos excepcionais em que não se tenha adotado o princípio da consistência na consolidação e avaliação dos seus efeitos no património, na posição financeira e nos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Não existem.

Nota 12 – Descrição dos acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados das entidades incluídas no perímetro de consolidação que tenham ocorrido entre a data do balanço dessa entidade e a data do balanço consolidado.

Não existem.

Nota 13 – Informações que se tornem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no decurso do exercício, a composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro da consolidação.

A composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação é idêntica ao ano anterior, pelo que a informação contabilística consolidada já é totalmente comparável.

Nota 14 – Indicação dos montantes dos ajustamentos excepcionais de valor dos ativos feitos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados da consolidação, juntamente com as razões que o determinaram.

Não existem.

Nota 15 – Indicação dos casos excepcionais em que se utilizou a homogeneização valorativa, bem como as razões que justificaram a sua utilização.

Não existem.

Consolidação de Contas - 2015

Nota 16 – Opção usada pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação quanto à contabilização das participações em entidades de natureza empresarial.

Relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação – WRC, E.I.M., S.A. e Parkurbis, S.A., E.M. – encontram-se mensuradas pelo método da Equivalência Patrimonial (MEP), sendo este também o método utilizado no processo de consolidação.

As restantes participações encontram-se mensuradas pelo método do custo.

IV - Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo

Nota 17 – Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazo, desagregada por rubrica patrimonial, de acordo com o seguinte mapa:

Endividamento consolidado de médio e longo prazo

MUNICÍPIO DE MANTEIGAS

Ano **2015**

Unidade: euro

Código/designação das contas a)	Dívidas a terceiros de médio/longo prazos b)				Eliminação de créditos/dívidas recíprocos	Grupo Público Consolidado
	Município de Manteigas	WRC, EIM, S.A.	Parkurbis, EM, SA	Total		
1	2	3	4	5=2+3+4	6	7=5-6
221 - Forn. c/c				0,00	0,00	0,00
23-Dív. Instit. Crédito	4.280.539,11			4.280.539,11	0,00	4.280.539,11
2611 - Forn. Imob. c/c				0,00	0,00	0,00
268 - Outros Credores	535.759,79			535.759,79	0,00	535.759,79
Total	4.816.298,90	0,00		4.816.298,90	0,00	4.816.298,90

a) A desagrar de acordo com as rubricas do balanço consolidado relativas às dívidas a terceiros médio e longo prazo

b) A desdobrar de acordo com as entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação

Mod.28/3

Pág. 6 de 15

Consolidação de Contas - 2015

Nota 18 – Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e que se vençam nos quatro anos seguintes à data do balanço, desagregado por entidade e por rubrica do balanço consolidado.

Entidade Devedora	Entidade Credora	N.º Empréstimos	Valor Contratado	Data de Vencimento	Capital em dívida 31-12-2015
MM	Caixa Geral de Depósitos	0435000432991	399.200,74	09-01-2025	86.235,55
MM	Caixa Geral de Depósitos	9015002535091	457.745,87	03-10-2021	118.105,58
MM	Caixa Geral de Depósitos	9015002856291	486.680,27	20-06-2022	161.117,39
MM	Caixa Geral de Depósitos	9015003553491	117.694,32	20-04-2015	0,00
MM	Caixa Geral de Depósitos	9015003814291	345.000,00	16-10-2023	170.501,86
MM	Caixa Geral de Depósitos	9015004028791	79.899,33	29-11-2019	27.030,14
MM	Caixa Geral de Depósitos	9015004322791	404.794,21	09-05-2020	152.186,91
MM	Caixa Geral de Depósitos	9015004564591	180.123,00	17-10-2015	0,00
MM	Caixa Geral de Depósitos	9015004936591	530.362,00	18-11-2018	236.768,78
MM	Caixa Geral de Depósitos	9015005896591	583.722,00	17-11-2018	417.291,52
MM	Caixa Geral de Depósitos	9015005896256	112.061,09	27-10-2018	81.451,89
MM	Caixa Geral de Depósitos	9015005896258	312.464,51	27-10-2018	227.115,41
MM	Banco Santander Totta, SA	301406460096	419.117,00	17-11-2020	178.642,04
MM	Banco BPI, S.A.	3757627-830-001	143.692,00	14-05-2022	73.435,07
MM	Caixa de Crédito Agrícola Mutuo da Serra da Estrela, CRL	56048805002	396.875,00	30-03-2030	323.972,37
MM	Banco BPI, S.A.	37576278300002	2.250.000,00	30-01-2029	2.250.000,00
MM	Caixa Geral de Depósitos	9015008038691	252.493,00	21-11-2028	252.493,00
Total			7.471.924,34		4.756.347,51



Handwritten signatures in blue ink, appearing to be signatures of officials or auditors.

V- Informações sobre saldos financeiros e fluxos financeiros e fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais

Nota 19 – Descrição dos saldos e dos fluxos financeiros, desagregada por tipo

Não houve no exercício de 2015 quaisquer saldos em aberto, nem fluxos financeiros com as entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Nota 20 – Mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais (portaria n.º 474/2010 – Orientação n.º 1/2010, de 1 de Julho de 2010)

O Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais consta em anexo.

VI- Informações relativas a compromissos

Nota 21 – O montante global dos compromissos financeiros que não figure no balanço consolidado, para que seja possível analisar a situação financeira do conjunto das entidades compreendidas na consolidação, incluindo, as entidades que adotem o POCAL, sendo esta informação discriminada, por agrupamento da despesa e dos valores que devem ser refletidos nas contas da classe 0 relativas aos compromissos de exercícios futuros.

Não existem.

Nota 22 – Descrição das responsabilidades das entidades incluídas no perímetro de consolidação por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a natureza destas e mencionando expressamente as garantias reais, com indicação da norma legal habilitante.

Não existem.



Consolidação de Contas - 2015

VII- Informações relativas à politicas contabilísticas

Nota 23 – Os critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente amortizações, ajustamentos e provisões.

Imobilizações:

Foram contabilizados os bens móveis cuja aquisição ocorreu durante o ano 2015. Igualmente foram registados todos os bens imóveis de domínio público ou privado, ainda não transferidos, cuja receção tenha ocorrido até ao final do ano de 2015. Todos os registo foram realizados ao custo de aquisição ou construção.

Investimentos Financeiros:

Estão valorizados pelo método do custo, exceto nas participações da WRC e da Parkurbis, que se encontram pelo método da equivalência patrimonial.

Imobilizações corpóreas:

Foram registadas ao custo de aquisição ou no caso das grandes reparações e beneficiações, pelo seu custo real. Os ativos, do imobilizado obtido a título gratuito, estão registados pelo valor resultantes da avaliação ou o valor patrimonial, definidos nos termos legais ou, caso não exista disposição aplicável, pelo valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens. No caso de este critério não ser exequível, o imobilizado assume o valor zero até ser alvo de uma grande reparação, assumindo então o valor desta.

Imobilizações em Curso:

Estão registadas ao custo de aquisição ou construção e são transferidas para imobilizado no momento da receção provisória.

Consolidação de Contas - 2015

Bens de domínio público:

Os bens de domínio público da responsabilidade da autarquia, são classificados como tal, sempre que a autarquia seja responsável pela sua administração e controlo, com exceção dos bens do património histórico artístico e cultural, são valorizados sempre que possível, ao custo de aquisição ou construção, com base nos mesmos critérios definidos para o Imobilizado Corpóreo.

Amortizações As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, com base nas taxas máximas de amortização decorrentes das tabelas da Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril.

Acréscimos e Diferimentos:

Os custos e os proveitos são reconhecidos contabilisticamente à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Dívidas de terceiros e a terceiros:

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

Disponibilidades:

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes em numerário, cheques e vales postais e saldos de todas as contas bancárias.

Nota 24 – Cotações que tenham sido utilizadas para a conversão em euros dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Não existem.

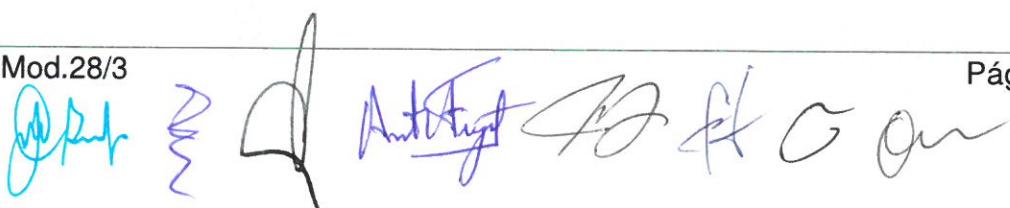
VIII- Informações relativas a determinadas rubricas

Nota 25 – Comentário às rubricas de imobilizações incorpóreas, nomeadamente as despesas de instalação” e “despesas de investigação e desenvolvimento”.

A conta 432 – Despesas de Investigação e Desenvolvimento regista valores de aquisição de projetos elaborados e concluídos.

Mod.28/3

Pág. 10 de 15



Consolidação de Contas - 2015

Nota 26 – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo immobilizado constantes do balanço consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões de acordo com os seguintes quadros:

O mapa do Ativo Bruto e Amortizações consolidado encontram-se em anexo.

Nota 27 – Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Não existem.

Nota 28 – Montante dos ajustamentos de valor dos ativos compreendidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram.

Não existem.

Nota 29 – Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de ativo circulante, calculados de acordo com os critérios de valorimetria adotados e os respetivos preços de mercado.

Não existem.

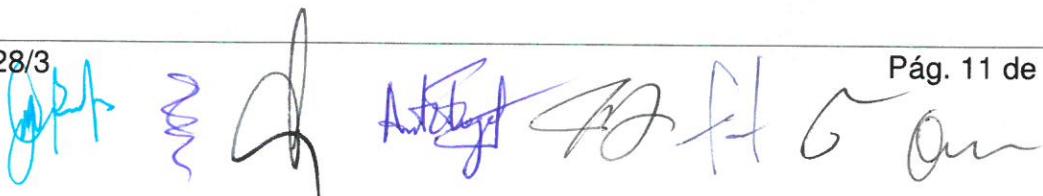
Nota 30 – Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo custo de mercado.

Não existem.

Nota 31 – Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Não existem.

Mod.28/3



Pág. 11 de 15

Consolidação de Contas - 2015

Nota 32 – Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão.

Não existem.

Nota 33 – Diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas, quando aplicável.

Não existem.

Nota 34 – Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades.

Não existem.

Nota 35 – Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critérios de valorimetria não previstos no POCAL e de amortizações e provisões extraordinárias efetuados com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver influência materialmente relevante nos impostos futuros das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Não existem.

Nota 36 – Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros.

Não existem.

Consolidação de Contas - 2015

Nota 37 – Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções nestas, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial.

O mapa dos membros de cada órgão executivo e fiscalização do Município de Manteigas, encontra-se em anexo.

Nota 38 – Indicação dos diplomas legais onde se baseou a reavaliação de bens de domínio público, imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como, explicitação dos processos de tratamento da inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação.

Não existem.

Nota 39 – Elaboração do quadro discriminativo das reavaliações.

Não existiu reavaliação dos bens do imobilizado.

Nota 40 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

O Município de Manteigas apresenta pela segunda vez a consolidação de contas, sendo o balanço e a demonstração de resultados comparáveis com o exercício do ano económico anterior.

Nota 41 – Demonstração consolidada dos resultados financeiros e dos resultados extraordinários:

Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Ver anexo

Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Ver anexo

Mod.28/3



Pág. 13 de 15

Consolidação de Contas - 2015

Nota 42 – Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte:

As provisões acumuladas correspondem a 974.570,54 € de provisões para cobrança duvidosa e 207.202,70 € em provisões para riscos e encargos.

As provisões para cobrança duvidosa subdividem-se em:

- Clientes da faturação de água, no total 3.064,64€, tendo-se registado uma redução em 2015 de 577,73€;
- Dívida da empresa Águas do Zêzere e Côa, S.A./ Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., no valor de 834.450,44€ sendo que 137.055,46€ resultam de um reforço de provisão;
- Dívida da empresa Da Nascente, no valor de 137.055,46€.

Quanto às provisões para riscos e encargos regista-se a existência do seguinte valor:

- Processo judicial da Embeiral – Engenharia e Construção, SA no valor de 207.202,70€.

Ver anexo

Nota 43 – Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos.

Não existem.

Nota 44 – Factos relevantes ocorridos após o Fecho de Contas

Não existem.



Consolidação de Contas - 2015

Nota 45 – Valor global da dívida bruta consolidada.

Valor global da dívida consolidada

MUNICÍPIO DE MANTEIGAS

Ano **2015**

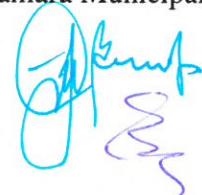
Unidade: euro

Código/designação das contas	Dívida Bruta Consolidada a)				Eliminação de créditos/dívidas recíprocos	Grupo Público Consolidado
	Município de Manteigas	WRC, EIM, S.A.	Parkurbis, EM, SA	Total		
1	2	3	4	5=2+3+4	6	7=5-6
Passivo Exigível Global	5.840.554,20	0,00	0,00	5.840.554,20	0,00	5.840.554,20
Operações de Tesouraria	-396.186,00	0,00	0,00	-396.186,00	0,00	-396.186,00
Fundo de Apoio Municipal	-248.878,87	0,00	0,00	-248.878,87	0,00	-248.878,87
Total	5.195.489,33	0,00	0,00	5.195.489,33	0,00	5.195.489,33

a) De acordo com o balanço consolidado

Manteigas, 2 de junho de 2016

O Presidente da Câmara Municipal de Manteigas




Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de prestação de contas da gerência/exercício de 2015 do Município de Manteigas declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares de órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas consolidadas ao Tribunal de Contas, que adotámos, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade, legalidade e regularidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos a responsabilidade de que, designadamente:

- a) não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental;
- b) identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respetivos saldos e transações;
- c) não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto;
- d) evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;
- e) incluem os saldos de todas as contas bancárias no IGCP e/ou noutras instituições financeiras;
- f) evidenciam que foram respeitadas as normas da contratação pública aplicáveis e cumpridos pontual e tempestivamente todos os acordos e contratos com terceiros;
- g) evidenciam que foram respeitadas as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho bem como observaram as incompatibilidades e limitações previstas aí, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais;
- h) foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes.

Os responsáveis subscritores:

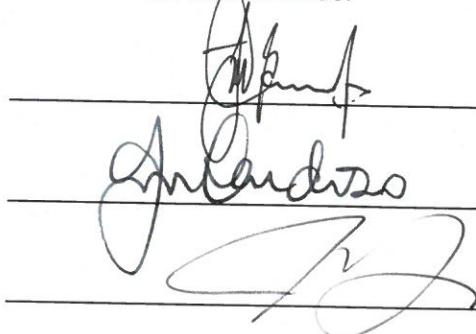


Os responsáveis que condicionam a subscrição, total ou parcialmente, nos termos e pelas razões constantes das declarações juntas:

DECLARAÇÃO

No âmbito do processo de prestação de contas consolidadas, Dr. José Manuel Custódia Biscaia (Presidente da Câmara), Dr. José Manuel Saraiva Cardoso (Vice-Presidente da Câmara) e Paulo Jorge Ribeiro Estrela (Vereador a tempo inteiro), declaram ainda qua a subscrição da Declaração de responsabilidades, nos termos da Resolução nº 44/2015, do Tribunal de Contas, tem por pressuposto e fundamentação o fato das mesmas serem preparadas pelos serviços técnicos da autarquia e certificadas pelo revisor oficial de contas, motivos pelos quais se dá por verificado o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

Os subscritores:



The image shows three handwritten signatures in black ink, each consisting of a stylized first name and a surname, positioned above three horizontal lines. The signatures are fluid and unique to each individual.

MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **MUNICÍPIO DE MANTEIGAS**, as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2015, (que evidencia um total de 41.997.581 euros e um total de fundos próprios de 26.003.137 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 445.051 euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto do Município e das entidades incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos nº 7.1 e 7.2 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditória da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação das demonstrações financeiras do Município, da WRC, EIM, SA e da Parkurbis, S.A. E.M. incluídos na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do

Sede
Rua Batálha Reis, nº 61, 2º
6300 – 668 GUARDA
Tel: 271 227303 * Fax: 271 227304
Email: vsroc@mail.telepac.pt

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, nº 619 - Ed. Mond - Sala 101
3000 - 176 COIMBRA
Tel: 239 821777 * Fax: 239 841027
Email: marquesdealmeida.roc@gmail.com

Delegação Viseu
Rua Arrabalde, Lote 1, R/C, Letra C
3500 – 084 VISEU
Tel: 232 435277 * Fax: 232 435279
Email: joanonunes.roc@mail.telepac.pt



suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;

- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão consolidado com as contas consolidadas.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

7. Como resultado do nosso exame anotamos que:

- 7.1. Não nos foi possível confirmar o registo da titularidade de alguns bens imóveis que integram o ativo immobilizado corpóreo do Município.
- 7.2. Relativamente aos bens de domínio público afetos ao Município, não existe garantia que as Demonstrações Financeiras refletem a universalidade daqueles bens, tanto em quantidade, como em valor, pelo que não podemos formar opinião acerca do impacto que o seu reconhecimento teria nas contas de Bens de Domínio Público e outras rubricas relacionadas, designadamente com Amortizações, Subsídios ao Investimento e Património e em consequência nos Resultados e nos Fundos Próprios.

MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

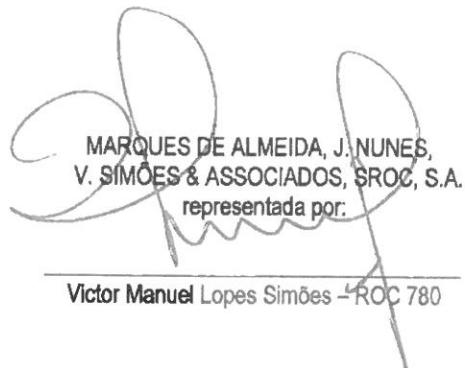
SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos nº 7.1 e 7.2 acima, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **MUNICÍPIO DE MANTEIGAS** em 31 de dezembro de 2015 e o resultado consolidado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, previstos no POCAL com os devidos ajustamentos.

Guarda, 23 de junho de 2016


MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES,
V. SIMÕES & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
representada por:

Victor Manuel Lopes Simões - ROC 780

Sede
Rua Belalha Reis, n.º 81, 2º
6300 – 668 GUARDA
Tel. 271 227303 * Fax: 271 227304
Email: vsroc@mail.telepac.pt

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, nº 619 – Ed. Mond – Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821777 * Fax: 239 841027
Email: marquesdealmeida.roc@gmail.com

Delegação Viseu
Rua Arribaldo, Lote 1, R/C, Letre C
3500 – 084 VISEU
Tel: 232 435277 * Fax: 232 435279
Email: joanunes.roc@mail.telepac.pt